

## **Imperialismo Estadunidense: uma Análise da Influência dos Estados Unidos nos Golpes Cívico-Militares do Brasil (1964) e Argentina (1966) \***

Thalita Oliveira Candaten\*\*

Diorge Alceno Konrad\*\*\*

**Resumo:** Entre as décadas de 1960 e 1970, Brasil e Argentina testemunharam golpes que depuseram presidentes democraticamente eleitos, resultando na instauração de ditaduras cívico-militares. Este artigo busca demonstrar a influência da política externa dos Estados Unidos na promoção de ditaduras cívico-militares nesses países, tendo como base de análise uma revisão bibliográfica, buscando trabalhar como aporte teórico o conceito de imperialismo.

**Palavras-Chave:** Imperialismo, Estados Unidos, Golpe Cívico-Militar, Brasil; Argentina.

**Abstract:** Between the 1960s and 1970s, Brazil and Argentina witnessed coups that deposed democratically elected presidents, resulting in the establishment of civil-military dictatorships. This article seeks to demonstrate the influence of United States foreign policy in promoting civil-military dictatorships in these countries, based on a bibliographical review, seeking to work on the concept of imperialism as a theoretical contribution.

**Keywords:** Imperialism; United States; Civil-Military Coup; Brazil; Argentina.

### **1. Introdução**

O presente artigo realiza uma análise comparativa da influência dos Estados Unidos nos Golpes Cívico-Militares que resultaram na queda dos presidentes João Goulart, no Brasil, em 1964, e Arturo Illia, na Argentina, em 1966.

A investigação busca compreender a forma com que os Estados Unidos interferiram na política de outros países, em busca de benefícios próprios, configurando como um modo imperialista. A fim de realizar este intento, é necessário que se possa identificar essas

---

\* Esse artigo vai ser apresentado à Revista Cantareira, para fim de publicação.

\*\* Autora, acadêmica do Curso de História-Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria.

\*\*\* Orientador, Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP.

proximidades para além da colonização europeia na História dos países latino-americanos, pois, indo ao encontro com o pensamento de Eduardo Galeano (2010) que temos muito mais coisas em comum do que diferenças, e as consequências do “subdesenvolvimento” apontado na América Latina, ocorre por sermos vítimas do mesmo sistema colonial e capitalista. O sistema imperialista precisa da desigualdade que o forma, sendo ele responsável para que ela se perpetue. E, se hoje, estamos colocados na posição de países subdesenvolvidos, é porque outros países se alimentaram do nosso “fracasso”.

Poder-se-ia, aqui, também, abordar a influência dos Estados Unidos em outros países além da Argentina e do Brasil, como a queda de Salvador Allende no Chile, os golpes civis-militares no Uruguai e no Paraguai, além de todas as interferências que Cuba sofreu durante o século XX. No entanto, devido à proximidade temporal dos golpes, optamos por analisar especificamente aqueles ocorridos no Brasil, em 1964, e na Argentina, em 1966.

Como procedimento de pesquisa utilizo uma revisão bibliográfica, feita a partir de várias obras, mas principalmente trago em destaque Carlos Fico, *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo (2008)*, bem como do documentário *O dia que durou 21 anos (2012)*, de Camilo e Flávio Tavares. Para isso, convém compreender o filme como fonte, sendo válido ressaltar que a análise de filmes, através da abordagem proposta por Marc Ferro (2010), o qual reconhece-o como uma forma de compreender não apenas os eventos históricos, mas também as mentalidades e perspectivas de suas épocas. Ferro argumenta que os filmes são construções complexas que refletem valores, sensibilidades e preocupações socioculturais do contexto em que foram produzidos. Nesse sentido, o cinema não é apenas um registro, mas uma interpretação artística da História, proporcionando uma visão subjetiva dos acontecimentos passados (MORETTIN, 2007). Já para abordar a Argentina, a revisão vem a partir do artigo “Os Estados Unidos diante Brasil e Argentina: os golpes militares da década de 1960” (2000), de Mario Rapoport e Rubén Laufer.

Na primeira parte, far-se-á uma breve explicação de como eram as conjunturas, no cenário mundial, com o início da “Guerra Fria”, e como a presença do anticomunismo foi crescendo no Brasil e na Argentina. Os tópicos seguintes serão feitos de forma que demonstrem a sucessão de acontecimentos planejada pelos Estados Unidos e que levaram, primeiramente, ao Golpe no Brasil, e depois, da mesma forma, como se sucederam os acontecimentos que resultaram no Golpe na Argentina, finalizando com a conceitualização do imperialismo, nessa conjuntura, bem como realizando uma comparação dos dois eventos.

## **2. Um cenário composto pela “Guerra Fria”**

O século XX foi marcado por muitas transformações, devido às duas grandes guerras mundiais. Desse modo, não podemos deixar de fora uma breve contextualização mundial do período que antecedeu aos golpes militares na América Latina. O fim da Segunda Guerra Mundial se deu após o ataque nuclear às cidades de Hiroshima e Nagasaki, feito pelos Estados Unidos. Com isso, o Japão se rendeu, resultando o final da Guerra, em 1945.

Após o final da Segunda Guerra, uma nova conjuntura mundial e geopolítica se aprofunda centrada na ampliação da Guerra Fria. Entretanto, para Gal Alperovitz<sup>1</sup>, por exemplo, o ataque a Hiroshima e a Nagasaki, em 1945, foi o ponto de partida para o conflito, visto que os estadunidenses fizeram um ataque desproporcional a uma guerra que já estava sendo ganha pelos Aliados, apenas com o propósito de impor todo seu poderio bélico.

Todavia, foi em 1947 que o então Presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, fez um discurso para o Congresso, com a intenção de interferir nas guerras civis que estavam acontecendo na Grécia e na Turquia – as quais envolviam forças comunistas locais - além de reforçar a manifestação sensacionalista na luta contra o comunismo e a favor da democracia.

Dessa forma, o Presidente também deu início a “Doutrina Truman”, uma medida com a finalidade de conter o avanço da União Soviética dentro das fronteiras estabelecidas no final do pós-Guerra. Com essa ação, os dois lados se prepararam para medir forças, enquanto a corrida armamentista seria um dos principais parâmetros dessa busca incessante pela hegemonia do poder mundial. Assim, foi dado início a uma guerra não declarada entre duas potências que polarizou o mundo sob a constante ameaça de uma guerra nuclear (ARAÚJO, 2015, p. 23).

Não podemos esquecer que a União Soviética foi destruída após a Segunda Guerra Mundial e Stalin não tinha nenhum objetivo até então para propagar o comunismo, o interesse para começar o conflito vinha totalmente dos Estados Unidos. Os estadunidenses acabaram lucrando política e economicamente com a Segunda Guerra, por isso, na tentativa de estabelecer a hegemonia de seu país no mundo, a fim de manter o nível de consumo e a prosperidade econômica, Harry Truman liderou a consolidação como grande potência mundial depois das perdas que a Grã-Bretanha havia sofrido” (BIAGI, 2001, p. 65).

Desse modo, tendo esse cenário como ponto de partida, deve-se compreender a importância sobre o fenômeno do anticomunismo que se intensificou com a “Guerra Fria”. Na definição da historiadora Carla Rodeghero (2002), trata-se de atividades como produção de propagandas, controle policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, manifestações

---

<sup>1</sup> BIAGI, 2001, p. 87.

públicas, entre outras diversas formas de propagação dessas ideias contrárias ao comunismo. Essas estratégias de doutrinação ideológica foram muito presentes, ao longo do século XX. Como, por exemplo, no Brasil, o Golpe que instaurou o Estado Novo, em 1937, no qual Getúlio Vargas utilizou da narrativa, através do Plano Cohen, de que haveria uma “Intentona Comunista” para continuar no governo da Presidência da República.

Ao longo da “Guerra Fria”, os presidentes brasileiros que mantiveram a política alinhada com a dos Estados Unidos não tiveram problemas. Assim, o Presidente, o militar Eurico Gaspar Dutra, que assumiu após o fim do Estado Novo em 1946, perpetuou a perseguição aos comunistas, fazendo com que os partidos comunistas fossem proibidos no Brasil. No mesmo período, a Argentina recebia a chegada ao poder do populista Juan Perón, o qual, embora não tenha utilizado grandes propagandas anticomunista como Vargas, era apoiado por setores das Forças Armadas e da Igreja Católica que inflavam o desejo da doutrina anticomunista. Assim, tanto Dutra quanto Perón mantiveram o anticomunismo existente do Estado Novo e na “*Revolución de Junio*” (BOHOSLAVSKY, 2016).

Por isso, a compreensão da presença anticomunista nos Estados Unidos é fundamental, uma vez que a exportação dessas ideias teve origem no país. Primeiramente, o anticomunismo americano é composto de um caráter nacionalista e individualista, marcado pela crença na iniciativa privada, a defesa fervorosa da liberdade política e a valorização da religião. Esses elementos se combinam com uma confiança sólida nas instituições e na autoridade, formando, assim, o conhecido “*american way of life*”, sendo que, justamente, a importação desses pensamentos que ver-se-á sendo aplicados em países latino-americanos comunistas. (RODEGHERO, 2002, p. 467)

Nesses primeiros anos da “Guerra Fria”, o principal aspecto que atingiu os países como o Brasil e a Argentina foi o anticomunismo. Porém, a grande virada de chave que determinou um novo olhar de interesse do Governo Estadunidense para a América Latina, foi a declaração de Fidel Castro, anunciando que Cuba se tornaria socialista, em abril de 1961. A própria disseminação do anticomunismo se intensificou muito mais após a declaração de Fidel, haja vista que os anos seguintes foram marcados pelo financiamento golpistas dos Estados Unidos numa tentativa de impedir que outros países na América Latina também se tornassem comunistas.

Após abril de 1961, o Governo Estadunidense adotou medidas mais severas para “deter o avanço do comunismo” na América Latina. Se uma ilha no Caribe já incomodou os estadunidenses, imagine o que um país do tamanho e da importância do Brasil poderia significar, ao se tornar socialista, ou melhor, o quão grande seria o abalo se mais países

latino-americanos aderissem a esta diretriz socioeconômica. Por isso, a política da Aliança para o Progresso (APEP), lançada no mesmo ano, já em sua minuta, propunha “auxiliar” os países da América Latina no seu desenvolvimento econômico e social. Porém, esse foi o pretexto utilizado como uma forma de mascarar os financiamentos que interferiram na política dos países escolhidos dali em diante.

### **3. O Brasil de Goulart e a Campanha de Desestabilização**

Antes de adentrarmos na trajetória de João Goulart, o Jango, é pertinente trazer uma breve introdução ao governo precedente, o de Jânio Quadros. Jânio Quadros ocupou a presidência por apenas sete meses e baseou sua campanha na promessa de combate à corrupção, notória pela emblemática campanha da "vassourinha". Seu mandato foi marcado por medidas polêmicas, como a proibição do uso de biquínis e das rinhas de galo. Apesar dessas políticas conservadoras, Quadros surpreendeu ao ser o primeiro presidente a restabelecer relações diplomáticas com a União Soviética desde o início da “Guerra Fria”. Poucos dias antes de renunciar à Presidência, homenageou Ernesto “Che” Guevara, concedendo-lhe a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. Essa atitude causou desconforto em setores de direita, incluindo a União Democrática Nacional (UDN) e, especialmente, nas Forças Armadas. Dessa forma, o Presidente apareceu no cenário político brasileiro tentando conciliar ideologias antagônicas, em um contexto mundial intensamente polarizado pela “Guerra Fria”.

Diante de críticas e contradições, Quadros renunciou, alegando em sua carta a presença de "forças ocultas" que o tentaram derrubar. Certamente Jânio esperava uma comoção dos brasileiros, manifestações no dia seguinte, o povo implorando para que ele não renunciasse e até que o próprio Congresso recusasse sua carta. Entretanto, isso não aconteceu.

Parecia que tudo estava encaminhado e tranquilo para a posse do vice-Presidente João Goulart, conforme indicava a Constituição, mas, na realidade, o novo chefe do Executivo, ficaria pouco mais de dois anos no comando do Planalto.

Fazendo uma breve contextualização da vida política de Goulart, o vice de Jânio Quadros só tomou posse em setembro de 1961, com a renúncia de Quadros e a Campanha da Legalidade. Ele também fora Ministro do Trabalho, no Segundo Governo Vargas, no início dos anos 1950, ocasião em que propôs uma medida polêmica visando o aumento do salário-mínimo em 100%, sendo demitido, mesmo que a medida tenha sido aprovada, ampliando a sua popularidade em importantes setores do movimento sindical, especialmente o

trabalhista. Depois disso, a primeira vez que ganhou as eleições como vice-Presidente foi em 1955, se elegendo com Juscelino Kubitschek na presidência. Já em 1960, após ganhar as eleições junto com Jânio, tendo em vista que, naquele período, a população poderia votar em presidente e vice em chapa separadas, tornou-se ainda mais preferido eleitoralmente no conjunto da sociedade civil.

Entretanto, após o mandato polêmico de Jânio Quadros e a sua renúncia, em 25 de agosto de 1961, Jango deveria assumir a Presidência da República como determinava a Constituição e a Justiça Eleitoral no Brasil, mas justamente naquele momento sofreu uma primeira tentativa de golpe do comando das Forças Armadas. No dia da renúncia de Jânio, o vice-Presidente estava em uma viagem oficial à República Popular da China para melhor estabelecer as relações diplomáticas e comerciais com o país. Com Goulart fora do País, e como previa a Constituição da época, quem assumiria a Presidência, de forma interina, seria o Presidente da Câmara de Deputados, na ocasião, Ranieri Mazzilli. Até que João Goulart retornasse ao país, todavia, os ministros militares e setores conservadores passaram a querer impedir a posse de Jango, instaurando o velho golpe civil-militar<sup>2</sup>, guardado no bolso a anos, dessa vez com o discurso de que Jango iria instaurar o comunismo no Brasil.

Diante disso, no Sul do Brasil, mas especificamente em Porto Alegre, o governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, do mesmo partido de Goulart, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e ainda cunhado do vice-Presidente, ao receber a notícia da renúncia de Jânio, já temia pela possibilidade de um Golpe.

De fato, Brizola estava certo, pois sob o comando de Odílio Denys (Ministro da Guerra), junto com os outros dois ministros militares, Sílvio Heck (Marinha) e Grun Moss (Aeronáutica), e com apoio de setores da direita conservadora, como a UDN e Carlos Lacerda, o golpe começou a se estabelecer, através de claras demonstrações do Ministro da Guerra, ao dizer que não permitiria a posse de Goulart. Diante disso, o Marechal Henrique Teixeira Lott, que havia disputado as eleições presidenciais de 1961 como candidato à Presidência, foi o primeiro a publicar um manifesto em defesa da democracia, enquanto os jornais que ousaram divulgar esse manifesto, em defesa da posse de Goulart, acabaram sendo censurados pelas ordens dos três ministros militares golpistas. Pouco tempo depois, Lott acabou sendo abordado na sua casa, a mando de Odílio Denys, sendo preso por um militar que era, inclusive, de uma patente menor que o Marechal (pelas leis de hierarquia militar, um

---

<sup>2</sup> Existia o intuito de instaurar um golpe militar frente a instabilidade política desde o Governo de Getúlio Vargas. (D' ARAÚJO, 1992, p. 22).

comandante só pode ter voz de prisão por um militar da mesma patente ou uma patente maior).

No Palácio do Piratini, em Porto Alegre, se formou o que Joaquim Felizardo (1988) chamou de “o último levante gaúcho”, quando o governador Leonel Brizola iniciou uma frente de resistência em defesa da Legalidade e pelo cumprimento da Constituição. Sem muitas opções, Brizola tentou recrutar vários comandantes do Exército para que se aliassem a ele, mas o único que ficou ao seu lado foi o comandante do III Exército, general José Machado Lopes e, é claro, o Marechal Lott. O comando da Brigada Militar do Rio Grande do Sul foi recrutado, mantendo-se ao lado da Legalidade. Foi nesse momento que o governador do Rio Grande do Sul tomou posse do controle da Rádio Guaíba, que havia sido um dos poucos meios de comunicação que não foi censurada, justamente porque não teriam compartilhado a notícia do manifesto do Marechal Lott. Por meio da rádio, Brizola falou para todo o estado, convocando a população para resistir, para que fossem às ruas em defesa da Constituição. Em um dos trechos que foram ao ar naquele 28 de agosto de 1961, Brizola assim pronunciou:

Povo de Porto Alegre, meus amigos do Rio Grande do Sul! Não desejo sacrificar ninguém, mas venham para a frente deste Palácio, numa demonstração de protesto contra essa loucura e esse desatino. Venham, e se eles quiserem cometer essa chacina, retirem-se, mas eu não me retirarei e aqui ficarei até o fim. Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto. Eu, a minha esposa e muitos amigos civis e militares do Rio Grande do Sul. Não importa. Ficará o nosso protesto, lavando a honra desta Nação. Aqui resistiremos até o fim (...) (FELIZARDO, 1988, p. 34-40).

O forte discurso do governador, clamando por “democracia ou morte”, conseguiu conquistar muitos homens e mulheres, os quais se dirigiram para frente do Palácio do Piratini a fim de defender a democracia. Brizola ainda deu ordem para que distribuíssem armas para os milhares de civis que ousaram resistir a um golpe, enquanto o III Exército, comandado por Machado Lopes, também se colocou na Praça da Matriz para a resistência. Assim, o Palácio do Piratini se transformou em uma frente em defesa da ordem e da legalidade. Do outro lado, houve tentativas de retaliações, quando os ministros militares mandaram que jatos bombardeassem o Palácio Piratini, mas sargentos e soldados que não concordavam com o golpe conseguiram impedir que as aeronaves saíssem da base, em Canoas. Em seguida, após perceberem que não tinham força suficiente para aplicar o golpe, tendo em vista até que parte do Exército resistiu com Brizola, enquanto outros governadores também declararam apoio a Legalidade, os golpistas propuseram uma emenda constitucional, adotando o parlamentarismo como sistema político do país, tornando Tancredo Neves, membro do Partido

Social-Democrata (PSD), como o primeiro-ministro do novo governo. Embora Brizola não concordasse com a proposta, Goulart aceitou tomar posse, mesmo com poderes diminuídos. Leonel Brizola também apoiava as reformas sugeridas por João Goulart e sempre esteve trabalhando com ideais aliados ao do Presidente. Logo, era tido como uma ameaça para os Estados Unidos, sendo bastante citado nos documentos da embaixada estadunidense.

Após esses dias conturbados que antecederam a posse de Goulart, finalmente Jango voltou ao País para exercer seu cargo, agora como Presidente do Brasil, enquanto o parlamentarismo acabou durando pouco mais de um ano, derrotado no Plebiscito de janeiro de 1963. Cabe destacar, que ainda em agosto de 1961, o embaixador americano, Lincoln Gordon, desembarcou no Brasil a fim de exercer suas funções diplomáticas, ou, como será visto mais adiante, ser protagonista no comando da *Operação Brother Sam*, sendo essa, a principal evidência da influência direta dos Estados Unidos no Golpe Civil-Militar, em março de 1964.

### **3.1. A Campanha de Desestabilização**

A “campanha de desestabilização”, assim denominada pelo historiador Carlos Fico (2008), nada mais foi do que os anos antecedentes do Golpe, em que o governo Goulart foi bombardeado com inúmeras críticas e difamações, vindas principalmente dos vários setores da imprensa empresarial, fortemente financiados pela Casa Branca e pelo Departamento de Estado dos EUA. Os setores golpistas da imprensa tiveram um papel fundamental para a desestabilização na imagem de Jango, com o intuito de legitimar as suas próprias ações. Na argumentação de Carlos Fico, sobre a diferenciação da “campanha de desestabilização” e a “conspiração para o Golpe”, o historiador ressalta que a “campanha de desestabilização” começou em 1962 e seu principal enfoque foi o financiamento dos Estados Unidos para as organizações brasileiras da imprensa corporativa, bem como na mobilização de civis. Na sequência, Fico defende que a “conspiração para o golpe” teria começado propriamente em 1963, quando foi possível ver uma participação efetiva dos militares, sendo assim, a “conspiração” foi feita às pressas e não teria sido tão organizada quanto a campanha de “desestabilização” (FICO, 2008. p.75-76).

Como mencionado anteriormente, a APEP foi uma resposta à Revolução Cubana. No Brasil, os recursos provenientes desse programa foram utilizados de forma camuflada a fim de



financiar campanhas políticas, através de organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)<sup>3</sup>.

O pesquisador Vicente Gil da Silva (2021), recentemente teve acesso a uma obra não publicada e escrita pelo diretor da IBAD, Ivan Hasslocher, nos quais, o empresário não hesita em admitir que a organização recebeu investimentos do governo dos Estados Unidos a fim de difundir material anticomunista e anti Jango. Essa estratégia alinhava-se à narrativa que se desenvolvia, sugerindo que o Brasil corria o risco de se tornar comunista sob a liderança de Jango. Portanto, as funções principais do IBAD se baseavam em empregar estratégias mais diretas, públicas e assertivas para moldar a sociedade, conforme sua visão ideológica. Dessa forma, utilizaram grande parte do investimento americano para financiar campanhas eleitorais nas eleições gerais para o Legislativo, ocorridas em 1962. Já o IPES foi responsável por criar propagandas políticas para que a população acolhesse o Golpe Civil-Militar, enquanto as emissoras de rádios e vários periódicos também contribuíram propagando notícias tendenciosas sobre o Governo para que se instaurasse a crença de que precisava ocorrer intervenção militar.

Em suma, os materiais midiáticos, políticos e discursivos disseminados pelo complexo IPÊS/IBAD (DREIFUSS, 1987) tinham como intuito realizar críticas ao governo de João Goulart, às políticas trabalhistas e aos movimentos sociais. Além disso, buscavam apresentar propostas alinhadas a princípios liberais, que estavam em sintonia com os interesses do capital multinacional e associado, além de defender a visão de um mundo livre, conforme proposto pelos Estados Unidos, e de acordo com a forma que os investimentos propostos pela APEP, a fim de serem aplicados no Brasil.

Outra situação apresentada por Silva (2021), indo ao encontro da pesquisa de Carlos Fico (2008), é que a embaixada estadunidense, no Rio de Janeiro, foi fundamental para promover a articulação do Golpe. Também, não há como se falar desses financiamentos sem falar do “Cavalo de Troia”<sup>4</sup> do Governo Estadunidense no Brasil, com todas as estratégias de propaganda, de investimento em campanhas políticas, de incitação de grupos religiosos e empresariais, tudo isso sob o comando de agentes na embaixada estadunidense no Rio de Janeiro, mais especificamente pelo embaixador Lincoln Gordon.

---

<sup>3</sup> Em 1963, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada para investigar esse financiamento fora do normal vindo dos órgãos IBAD e IPES nas eleições gerais para o Legislativo em vinte e dois estados, que havia ocorrido no ano anterior. (SANTOS, L, 2021, p 16).

<sup>4</sup> O porquê de definir a embaixada americana como o “Cavalo de Troia” dos Estados Unidos no Brasil, é justamente pela lenda que ronda o termo, a expressão tem origem na mitologia grega, especificamente na história da Guerra de Tróia. Onde refere-se a uma estratégia na qual algo aparentemente inofensivo ou benéfico é utilizado para esconder algo prejudicial (BARBOSA, M. 2023). Nesse caso, a embaixada norte-americana do Rio de Janeiro funcionou planejando todos os passos para a desestabilização do governo Jango.

No documentário *O dia que durou 21 Anos*, é exibido o telegrama do embaixador Lincoln Gordon para a Casa Branca com a seguinte mensagem: “estamos adotando medidas para fortalecer a resistência a Goulart e ações para criar sentimentos anticomunistas no Congresso, nas Forças Armadas, na imprensa empresarial e em grupos religiosos” (2012, min. 33:26)

Em seguida, temos então, a fomentação por grupos religiosos e, principalmente, da Igreja Católica propagando o anticomunismo, ideias essas que também corroboravam para a difusão do anticomunismo na própria imprensa corporativa. Na política, ser católico e anticomunista eram virtudes fundamentais a serem declaradas pelos políticos conservadores, por isso os candidatos deixavam claro esse posicionamento em suas falas e campanhas, a fim de conseguir o benefício do voto. (RODEGHERO, 2003, p. 117)

Como apontado acima, em 1963, após Jango consolidar plenamente seus poderes presidenciais, por meio do Plebiscito que restaurou o Presidencialismo, o seu governo enfrentaria momentos muito mais turbulentos. A partir de maio daquele ano, a inflação atingiu aproximadamente 80% ao mês, afetando diretamente os trabalhadores. Em resposta, uma série de greves mobilizou várias categorias que lutavam por aumento de salários e qualidade de vida (BETT, 2010, p. 38). O final de 1963, foi marcado por uma forte intensificação das propagandas anti Jango, construindo-se uma frente única dos setores conservadores e golpistas.

Nesse contexto, uma gama de opositores de Goulart foi se formando, até maior do que havíamos visto em 1961, com crescente insatisfação contra o Governo, sobretudo contra os projetos de reforma de base, incluindo a reforma agrária e o controle da remessa de lucros, além da linha nacional desenvolvimentista adotada por Getúlio Vargas - no seu último mandato em 1951 - o esforço estadunidense em desestabilizar o governo Goulart havia conquistado hegemonicamente a classe dominante, a qual passou a atuar majoritariamente contra Jango, assim como grande parte da classe média, ambos adotando a narrativa de “livrar o Brasil das mãos do comunismo”.

Os resultados do financiamento para a manipulação da opinião pública, através da imprensa empresarial e de, principalmente, dos grupos católicos, se mostrou muito bem-sucedido, no início de 1964, quando a população foi às ruas através da “Marcha para Família com Deus para a Liberdade”. As dimensões deste processo podem melhor ser vistos através de Janaina Martins Cordeiro:

Em 19 de março de 1964, cerca de 500 mil pessoas se reuniram na Praça da República, em São Paulo, atendendo ao chamado de diversas associações civis para

comparecerem à *Marcha da Família com Deus pela liberdade*. Uma ampla frente de grupos de direita e conservadores conclamavam a sociedade a defenderem a família, a Pátria, a democracia, a Constituição e a religião, que consideravam sob ameaça pelo governo trabalhista de João Goulart. Aquele seria o primeiro de uma série de eventos desse tipo que reuniram milhares de pessoas ao longo do ano no país. Assim, nos últimos dias de março, a exemplo da manifestação na capital paulista, seguiram-se outras tantas no interior do estado e no Paraná (CORDEIRO, 2021. p. 6).

Com essa ampliação da comoção nacional, ocorreu uma forte intensificação da oposição a João Goulart, cujo cenário foi ficando propício para a ação dos militares, articulados com os civis e os aliados multinacionais. Apesar disso, vale lembrar que o Presidente Jango não tinha projetos de tornar o Brasil um país socialista, apenas propunha reformas estruturais dentro da Formação Social Brasileira, como a reforma agrária, em um contexto em que havia vários movimentos da população em sua defesa, bem como a valorização do mercado interno, igualmente defendida por João Goulart, sem facilitação para que as multinacionais estrangeiras entrassem no País.

### **3.2. Operação Brother Sam**

Dentro desse período, entre 1962 e 1963, durante os quais a embaixada americana semeou a insatisfação em relação a Jango, foi 1964 que testemunhou a execução meticulosa do plano para destituir definitivamente o Presidente do Brasil. No centro desse esquema estava Lincoln Gordon, principal figura conspiradora por trás das medidas de financiamento americanas, conforme destacado anteriormente.

No documentário *O dia que durou 21 anos*, é apresentado uma série de telegramas que eram trocados entre o embaixador Lincoln Gordon e a Casa Branca. Em um deles, é retratada a necessidade de um “plano de contingência”, isso porque o embaixador acreditava em uma “ameaça comunista” iminente vinda do Presidente brasileiro ou até uma possível intervenção soviética no Brasil. O chamado “plano contingências” viraria a Operação *Brother Sam*, desencadeada apenas em março de 1964, mesmo que já vinha sendo calculada desde 1963.

Havia agentes estadunidenses em constante contato com as forças anti Goulart, inclusive sendo responsáveis por assegurar para os militares que eles teriam o respaldo dos EUA para executar o Golpe. O general e agente da CIA, Vernon Walters, foi um deles, sendo que sua principal missão era organizar o complô, reunindo diferentes grupos do Exército Brasileiro e convencendo generais e tenentes de que os Estados Unidos apoiavam a ação de intervenção militar. Vale ressaltar que a presença do General Castelo Branco nos telegramas enviados por Vernon Walters, sendo intitulado como altamente respeitado, católico e que

admirava os EUA, comprovam que estavam à procura de um substituto para João Goulart (*O dia que durou 21 anos*, 2012, 34:06).

Sabendo das insuficiências de equipamentos de Exército Brasileiro, Gordon sugeriu ao Governo Estadunidense que enviasse armamento para os cúmplices de Castelo Branco, tudo sendo milimetricamente pensado, haja vista que as armas deveriam ser de origem não-americana para não levantar suspeitas, enquanto, às vésperas do Golpe, a entrega deveria ser feita em um submarino não-identificado e ser descarregado a noite, em ponto isolado na costa de Santos” (FICO, 2008, p. 96). Desse modo, a Operação *Brother Sam* consistia em dar suporte militar em uma possível guerra civil, caso houvesse resistência ao Golpe no Brasil. Por sua vez, o embaixador ainda mandou cartas para o Departamento de Estado Americano, a fim de convencer de que esta seria uma medida urgente para defender a democracia e a liberdade. Sobre os detalhes da operação, através das fontes utilizadas, Carlos Fico destaca que:

A operação envolveu um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros (dois equipados com mísseis teleguiados) carregados com cerca de 100 toneladas de armas (inclusive um tipo de gás lacrimogêneo para o controle de multidões chamado *CS Agent*) e quatro navios-petroleiros que traziam combustível para caso de um eventual boicote do abastecimento pelas forças legalistas” (FICO,2008, p. 98).

O Golpe Civil-Militar, que já vinha sendo planejado há meses com o protagonismo do embaixador americano, chegou ao seu desfecho em 29 de março de 1964, quando o General Olympio Mourão liderou o movimento dos tanques de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, com o objetivo de derrubar João Goulart. Simultaneamente, a frota naval dos EUA aguardava o comando na costa de Santos, caso houvesse resposta das tropas legalistas de Jango. Após a chegada ao Rio de Janeiro e com a partida de Goulart, de Brasília, quatro caminhões cheios de soldados estavam a caminho, enquanto o Congresso convocava uma reunião para estabelecer um novo presidente. Para aparentar certa legalidade, o Presidente da Câmara deveria assumir e isso ocorre, sendo assim, na madrugada de 2 de abril, o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiu a Presidência da República.

Nesse momento, fontes apontam que o Governo Estadunidense estava ciente de cada passo político que acontecia desde o início do Golpe, foi aí que o embaixador Lincoln Gordon enviou uma carta para Washington, pedindo para que o Presidente reconhecesse o novo governo no Brasil como legítimo. Esta resposta imediata à tomada militar foi o xeque-mate, ou seja, a última jogada estadunidense para consolidar a queda do Presidente João Goulart e legitimar o governo civil-militar para todo o mundo. O então Presidente da República,

Mazzilli só ficou no governo por treze dias, dando lugar para o sucessor, escolhido a dedo pelos Estados Unidos, o General Humberto de Alencar Castello Branco (*O dia que durou 21 anos*, 2012, 34:27)

Carlos Fico ressalta que a derrubada de Goulart foi também motivada pela incapacidade do Presidente em estabelecer uma política militar satisfatória. Mas afinal, o que Goulart deveria fazer? Deveria ceder à política anticomunista dos Estados Unidos? Abraçar o conservadorismo, ignorando os anseios de reformas do povo brasileiro que o elegeu? Segue o trecho em questão:

Goulart contava com excelente índice de popularidade, introduziu na agenda política temas que a própria ditadura não teria como remover e foi obrigada a enfrentar de algum modo- como a reforma agrária, a habitação popular, o analfabetismo e a reforma universitária, por exemplo. Ele foi deposto porque deu a impressão de fomentar conquistas populares demasiado amplas que, aos olhos de certos olhos da elite, poderia levar à radicalização da democracia. No contexto da Guerra Fria e sob o influxo do anticomunismo, isso pareceu intolerável. Mas ele também foi deposto por não ter sido capaz de estabelecer uma política militar satisfatória-área para a qual deveria estar muito mais atento em função de sua importância e capacidade de intervenção na política (FICO, 2008, p. 74-75).

Aqui, há certa discordância dessa afirmação de Fico. Sabemos que o Golpe Civil-Militar já estava sendo premeditado há uns bons anos, e qualquer passo em falso de um presidente progressista poderia resultar na revolta das Forças Armadas. É por isso que este artigo defende que o Golpe Civil-Militar só conseguiu se concretizar, em 1964, no Brasil, devido a ampla escala de financiamento dos EUA, além do fato que, no momento em que os comandantes militares assumiram a Presidência da República, eles sabiam que iriam receber o reconhecimento de legitimidade por parte do Governo Estadunidense.

#### **4. O Golpe que Derrubou Arturo Illia, na Argentina**

Após entender o papel fundamental que a embaixada estadunidense teve na influência do Golpe Civil-Militar no Brasil, convém analisar o papel que os Estados Unidos desempenhou, no mesmo período, para a conclusão do Golpe na Argentina.

No início dos anos 1960, a Argentina, assim como o Brasil, havia acabado de vivenciar um período de grande domínio de um político peronista, situado em bases trabalhistas. Esses fenômenos foram tão semelhantes, que existem diversos estudos comparativos entre o Varguismo no Brasil e o Peronismo na Argentina<sup>5</sup>. Após o fim do

---

<sup>5</sup> Como o caso de “Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo” (CAPELATO, Maria Helena R, 1998).

Governo de Juan Perón, o cenário político argentino baseava-se em tentar se desprender totalmente do peronismo, seja na política quanto na sociedade.

Se na política brasileira, o século XX é considerado cheio de reviravoltas, os grandes acontecimentos que marcaram esse período no país argentino não foram diferentes. Após longos dez anos de Juan Perón na frente do Executivo, quem assumiu a presidência foi Arturo Frondizi, em 1958, mas logo foi destituído por militares, em 1962. Assim como Jânio Quadros, diante do impacto da Revolução Cubana, a política externa do Presidente Frondizi também se tornou um ponto central nas críticas dos grupos anti peronistas e anticomunistas, tendo como sua medida mais criticada a abstenção da Argentina na votação que visou a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), durante a Conferência de Chanceleres, em Punta del Este” (BETT, 2010, p. 67).

O enfraquecimento do governo de Arturo Frondizi se deu com as eleições de 1962, quando os candidatos peronistas tinham sido eleitos nas principais províncias do País. Sendo assim, Frondizi se viu isolado na Presidência, perdendo o apoio de partidos políticos. No dia 29 de março de 1962, o Presidente foi deposto da Presidência pelos militares, sendo o seu cargo ocupado pelo Presidente do Senado da época, José Maria Guido.

Nas eleições seguintes, os militares continuavam com a intenção de manter a Argentina longe do peronismo. Arturo Illia, candidato da União Cívica Radical do Povo, conquistou a vitória nas eleições em um período de democracia restrita, já que o Partido Peronista estava proscrito devido ao golpe que havia deposto o Presidente Juan Domingo Perón, em 1955.

Três anos mais tarde, em junho de 1966, as Forças Armadas intervieram novamente, repetindo a ação que resultou na queda do Presidente Arturo Frondizi, em 1962, mas dessa vez sem o intuito de devolver a democracia e sim de instaurar uma ditadura por tempo indeterminado.

Nesse mesmo período, durante a “Guerra Fria”, o governo de Illia coincidiu com uma mudança na abordagem regional dos Estados Unidos. O Presidente John F. Kennedy implementou a já mencionada, APEP, que buscava um reformismo preventivo e assistencialista, mantendo, também, as tradicionais pressões econômicas e, em certos casos, intervenções militares. Com Lyndon Johnson no governo, a estratégia das relações internacionais passou a enfatizar a intervenção militar, enquanto as medidas se tornaram ainda mais extremas, resultando, por exemplo, no Golpe Civil-Militar no Brasil, em 1964, e até uma intervenção no Vietnã, em 1965.

O governo de Arturo Illia adotou uma política econômica centrada na valorização do mercado interno, destacando-se pela anulação dos contratos de petróleo estabelecidos por Frondizi com empresas estrangeiras, principalmente estadunidenses. A ênfase do Presidente Illia era de uma política de desenvolvimento nacional, o que desagradou os Estados Unidos, que o acusou de "nacionalismo extremo" e "esquerdismo". Durante seu governo, as medidas que resultariam na intervenção dos EUA estavam diretamente relacionadas à postura de nacionalização da economia, afetando o capital americano na Argentina e desagradando os setores empresariais comprometidos com investimentos estrangeiros (RAPAPORT; LAUFER, 2000, p. 83).

Cabe também lembrar que, durante o governo de Illia, houve a tentativa de trazer de volta ao País Juan Perón, então exilado na Espanha, com a chamada *Operação Retorno*, anunciada pelo Partido Justicialista (o novo nome dado ao partido peronista). Todavia, Perón foi detido por autoridades brasileiras que impediram a sua volta, enquanto o ex-Presidente teve que retornar ao exílio. Essa operação resultaria na descoberta de acampamentos de grupos guerrilheiros em uma província no interior do País, conseqüentemente os embaixadores americanos exportaram essa informação com a interpretação de que esses eventos foram indicativos de agitação crescente e de uma possível influência soviética na Argentina.

Marcado como um evento importante nesse cenário, em agosto de 1964, quando um Comandante em Chefe do Exército, General Juan Carlos Onganía, durante a V Conferência de Exércitos Americanos, discursou em West Point. Nesse discurso, o General Onganía, alinhando-se à nova doutrina estadunidense de "segurança nacional", estabeleceu uma conexão entre a postura apolítica das Forças Armadas e seu apoio ao regime constitucional, condicionando a uma postura com direito de intervir e derrubar um governo que fosse considerado ditatorial. Ademais, ele promoveu a integração do Exército Argentino no sistema militar interamericano, sob a supervisão do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que estava ativamente pressionando para transformar as Forças Armadas do Continente em pilares de combate contra supostos "inimigos internos" (os comunistas). Depois disso, em um ano, o General Onganía avançou ainda mais em suas formulações doutrinárias, perante o General Arthur da Costa e Silva, que ocupava o cargo de ministro de Guerra do Presidente Ditador Brasileiro, Castelo Branco, apresentando a proposta de coordenar os exércitos argentino e brasileiro como núcleo de uma força interamericana voltada para a "luta contra a subversão" (RAPAPORT; LAUFER, 2000, p. 84).

Por sua vez, um elemento distintivo do anticomunismo católico na Argentina era a estreita relação entre a Igreja Católica e as Forças Armadas, notadamente através do Cardeal Arcebispo Antonio Caggiano. Além de ocupar o cargo de arcebispo, Caggiano também desempenhava o papel de Vigário Geral das Forças Armadas, conferindo-lhe uma considerável influência sobre essa Instituição. O historiador Ianko Bett (2010) analisou alguns dos discursos proferidos pelo arcebispo, entre 1963 e 1966, transcritos nos jornais de Buenos Aires, ocasião em que condenava o “materialismo ateu” atrelado às teorias marxistas e a “falta de religiosidade dos trabalhadores argentinos” com o “perigo de uma infiltração comunista” (BETT, 2010, p. 75-76).

A propaganda anticomunista se fez presente na imprensa empresarial argentina não só pelas instituições católicas, bem como por outras instituições anticomunistas. Em 25 de outubro de 1965, foi realizado um congresso chamado “*II Congreso Juvenil Argentino Frente al Comunismo*” e financiado pela organização Unidos em Cristo Frente ao Comunismo (UNITAS), que apareceu amplamente nos jornais de Buenos Aires. Segundo Ianko Bett, a mobilização tinha por trás o propósito de desestabilização do Governo. Seguimos o historiador:

Por outro lado, visualizando o tempo percorrido entre a realização do congresso (27 de outubro de 1965) e a data em que as conclusões foram apresentadas ao Cardeal Copello (21 de março de 1966), portanto aproximadamente cinco meses, fica em dúvida a veracidade das informações publicadas, especialmente, como já destacado, o fato de que o congresso anticomunista teve a duração de apenas quatro dias. Inúmeras podem ser as hipóteses que sobressaem desse equívoco. A que está sendo considerada no trabalho leva em conta duas variáveis. A primeira se estabelece quando se observa que o período da realização do congresso coincide com uma intensa atividade anticomunista (outubro de 1965), a qual se manifestou na imprensa de Buenos Aires (ver mais adiante as solicitadas da FAEDA). A segunda variável consiste em considerar que a data da entrega das “conclusões” (março de 1966) compreende um período em que as turbulências políticas e militares já indicavam a possibilidade de quebra institucional (o golpe se deu no dia 28 de junho de 1966). Portanto, frente a esses elementos, considera-se que este impasse se deu de forma proposital, ou seja, a notícia publicada em março de 1966 foi um dos fatores a mais para colaborar com a intensa propaganda de desestabilização no ambiente político argentino (BETT, I, 2010, p. 80).

Em resumo, identicamente, o anticomunismo na Argentina estava presente nos mesmos setores que no Brasil. Uma ampla frente composta por membros do Exército, da Igreja Católica, da imprensa empresarial e até da elite empresarial intensificava as tensões relacionadas à suposta “ameaça comunista”, durante o governo de Arturo Illia. No entanto, ao contrário do que observamos no Brasil, não há as mesmas evidências que comprovem o auxílio dos Estados Unidos no financiamento das propagandas nesses setores.



Retornando à questão da influência dos Estados Unidos, é evidente que a neutralidade da política externa do Governo Illia prejudicou suas relações com os estadunidenses. As escolhas de se abster em relação às sanções a Cuba, não apoiando a guerra dos Estados Unidos no Vietnã e recusando a integração de tropas argentinas na Força Interamericana, que os Estados Unidos buscavam utilizar para legitimar sua intervenção na República Dominicana, indicaram que a Argentina não estava alinhada com os interesses estadunidenses. Essa postura neutra contribuiu para uma relação menos favorável do ponto de vista do governo dos Estados Unidos.

Segundo Mario Rapoport e Rubén Laufer, a decisão de derrubar Illia já tinha sido tomada há meses pelo alto comando do Exército, enquanto a inteligência estadunidense já sabia que aconteceria, haja vista que a Central de Inteligência Americana (CIA) também teria informado que o ex-Presidente provisório e líder político, Pedro E. Aramburu, acreditava na incapacidade do governo de então a tomar decisões, almejando como uma ação necessária a realização de um Golpe Civil-Militar, fazendo até uma referência ao golpe que derrubou Goulart em 1964 (2000, p. 85-86).

O embaixador Edwin Martin, representante dos Estados Unidos na Argentina, comunicou à Casa Branca que o General Onganía era uma figura crucial para permanecer como Comandante em Chefe do Exército. Apesar disso, era muito cedo para uma ação efetiva dos militares, sendo necessário que os golpistas tivessem um cenário no qual as condições econômicas e sociais eram muito mais desgastantes, perto de um cenário de caos.

As fontes de análise de Rapoport também apontam que o embaixador Edwin Martin destacava as diferenças entre os golpes na Argentina e no Brasil, especialmente em relação à participação do governo dos Estados Unidos. Muitos militares argentinos acreditavam que, ao remover o governo de Illia, estariam desempenhando um papel semelhante ao que as Forças Armadas realizaram no Brasil, ao depor João Goulart. Martin reconhecia as diferenças reais entre as situações nos dois países, expressando preocupação de que a postura dos EUA não fosse crível para os militares argentinos, podendo ser interpretada como mais um caso de favorecimento aos EUA para com o Brasil.

No final, apesar das divergências de opinião entre a embaixada americana e os agentes da CIA, em junho, a execução do Golpe já começava a dar sinais. O embaixador Martin, afirmava estar confuso sobre o que poderia acontecer no governo Illia, demonstrando certo otimismo de que a situação política poderia melhorar sem a intervenção militar. No entanto, os serviços de inteligência americanos estavam certos sobre o início do plano golpista, sendo que a CIA já havia informado sobre a mudança de posição do General Onganía a favor do

movimento militar, inclusive, adiantando uma possível data, entre 6 e 25 de junho (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p. 87).

Embora o cenário argentino não fosse tão homogêneo e propício para um golpe, sendo que diferentes setores das Forças Armadas ainda divergiam sobre quem deveria substituir o governo de Illia, o Golpe foi executado em 28 de junho de 1966, liderado pelo general Juan Carlos Onganía Carballo - o militar mais próximo dos Estados Unidos - devido a sua insatisfação com a abordagem nacionalista e moderada de Illia.

Antes disso, conforme o Historiador Miguel Ángel Taroncher, ainda em 27 de junho de 1966, o comandante Pascual ordenou o início das operações, entregando aos chefes militares a ordem de intervenção que estipulava as justificativas para derrubar o governo, com as seguintes palavras:

El deterioro de la situación político-económica y social argentina ha continuado en forma progresiva en los últimos meses, aproximándose a un límite cuyas consecuencias son imprevisibles. (...) Frente a este estado de cosas, las Fuerzas Armadas, como fator permanente de la nacionalidad, depositarias de la fuerza y garantía del orden, deben cumplir una ineludible responsabilidad histórica (2009, p. 13).

Quando o Golpe foi concluído, o artigo analisado por Rappaport e Laufer, aponta:

Logo que consumada a derrubada de Illia, o assessor presidencial W. Rostow, em nota dirigida ao presidente Johnson, qualificava o golpe militar de “injustificado” e o considerava “um sério retrocesso em nossos esforços para promover o governo constitucional e a democracia representativa no hemisfério”. Em consequência, opinava: “será preciso reexaminar toda nossa política em relação à Argentina” (2000, p. 90).

Além disso, também foi recomendado que o Governo Estadunidense consultasse outros países da OEA antes de manifestar a legitimidade do governo de Onganía, o que de fato foi feito. O Presidente Johnson concordou com tal medida de se manter na neutralidade e aguardar que os principais países latino-americanos concedessem o reconhecimento, antes de tomar uma posição mais decisiva, a fim de evitar estar na linha de frente.

## **5. Imperialismo Estadunidense**

Diante de todo o exposto, é imprescindível falar sobre o imperialismo para o entendimento das ações dos Estados Unidos nesses dois países, não havendo como fazer uma comparação desses acontecimentos sem trazer à tona o conceito de imperialismo, haja vista que o objetivo central desta pesquisa é, principalmente, entender como as ações norte-americanas se encaixam no mesmo.

Em um primeiro momento, é necessário entender o que se diz respeito da teoria clássica do imperialismo, a fim de abordar esse fenômeno. Dois autores proeminentes nos ajudam para tal: o revolucionário marxista russo, Vladimir Lênin e, a economista alemã, também marxista, Rosa Luxemburgo.

O conceito de imperialismo começou a circular no final do século XIX entre intelectuais europeus. A palavra foi empregada para descrever a expansão significativa dos impérios coloniais, a partir de 1870, caracterizada não apenas pela expansão territorial, mas também pela disseminação de países que se consideravam superiores, guiados pela premissa de levar progresso a outros povos. Nesse sentido, o imperialismo pode ser interpretado como uma forma contemporânea de colonialismo, refletindo uma era em que, além da expansão territorial ter atingido grandes proporções, também foi marcada pela exportação de capitais europeus para as regiões coloniais. Ou seja, com a consolidação do modo de produção capitalista, essa fase histórica foi marcada por países capitalistas adquirindo territórios e consolidando seu poder, utilizando a justificativa de que “livrariam os países da pobreza” gerada pela falta dessa economia de mercado (FURNO, 2022, p. 26).

Dado este contexto, Rosa Luxemburgo defendeu que o capital tem a necessidade intrinsecamente expansionista, em duplo sentido; o primeiro, mais evidente, manifesta-se em sua capacidade de se disseminar geograficamente por todo o globo terrestre. Já o segundo sentido é ainda mais crucial e, de fato, acabou por guiar o primeiro: a acumulação capitalista está destinada a colonizar e a adaptar todas as dimensões da vida social à sua lógica (MAURIUTTI, 2015, p. 1). A ideia de que a acumulação capitalista está destinada a colonizar e adaptar todas as dimensões da vida social à sua lógica, reflete a compreensão “luxemburguista” de como o capitalismo opera e se reproduz em escala global. Consequentemente, Luxemburgo ainda caracteriza o capitalismo como primeiro sistema de produção com propensões universalizantes, tendente a superar quaisquer barreiras para sua efetuar sua consolidação global e eliminar formas pré-capitalistas, induzindo as sociedades menos desenvolvidas a entrar de maneira desigual no circuito controlado pelo capital. Dessa forma, o capitalismo não permite a coexistência com outros modos de produção (FURNO, 2022).

Já nas teorizações de Vladimir Lênin, um dos principais teóricos que disserta sobre o Imperialismo, em sua obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, escrita em 1916, então direcionada para compreender os reflexos da Primeira Guerra Mundial. Foi Lênin quem percebeu o imperialismo não como uma política, algo passível de ser suprimido ou combatido durante a luta contra o capitalismo, mas sim como uma fase intrínseca ao próprio

desenvolvimento do modo de produção capitalista. Essa fase se inicia quando o modo de produção e exploração ultrapassa sua dimensão de livre concorrência e ingressa na era dos monopólios (FURNO, 2022). Esta contextualização poderia ser estendida, abordando todos os cinco elementos que Lênin caracterizou como nova fase do capitalismo, mas, aqui, existe uma necessidade em focar aspectos específicos que fazem sentido para este recorte.

Em suma, esses dois teóricos em destaque, apesar de ambos serem marxistas e dissertarem sobre o imperialismo, existe uma divergência de pensamento entre eles. Enquanto Lenin, em *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, enfatiza o papel dos monopólios e a concentração de capital como características essenciais do imperialismo, Rosa Luxemburgo, em *A acumulação do capital*, argumenta que o imperialismo expressa uma resposta à necessidade constante de expansão do capitalismo para novas regiões não integradas ao centro do sistema. Enquanto Lênin vê o imperialismo como uma fase inevitável e decadente do capitalismo, Luxemburgo acredita que ele representa uma solução temporária para as contradições inerentes ao sistema. Ambos os pensadores, no entanto, concordam sobre a natureza predatória e exploradora do imperialismo, destacando suas ramificações globais e o impacto nas lutas proletárias e nos processos revolucionários. É principalmente nessa similaridade de pensamento entre os teóricos que este artigo se baseia, através da noção de que o país imperialista age como um parasita no país dependente, utilizando do seu poder econômico para extrair benefícios próprios. Dessa maneira, os Estados Unidos agiram para financiar as ditaduras na América Latina.

Embora as condições geopolíticas e econômicas tenham evoluído, desde os dias de Lenin e Luxemburgo, muitos dos elementos fundamentais do imperialismo que eles identificaram, como a busca por recursos, a expansão econômica e a competição entre as potências, podem ser observadas nas ações e políticas dos Estados Unidos ao longo do tempo. Em outras palavras, nem Vladimir Lênin, nem Rosa Luxemburgo viveram o suficiente para presenciar o imperialismo estadunidense neste estágio tão avançado, sendo inegável que o conceito de imperialismo do qual ambos os teóricos se referiam há anos, já previa a forma na qual os Estados Unidos iriam se estabelecer mundialmente, como uma potência imperialista.

O capitalismo, no final do XIX, após a grande depressão, foi marcado pelo avanço para um novo estágio de acumulação, encontrando na crise uma oportunidade de florescer. Isto é, como dito anteriormente, os Estados Unidos haviam lucrado com a Segunda Guerra Mundial, aproveitando-se do conflito para que saíssem dele como vencedores, buscando perpetuar a acumulação de capital.

É significativo compreender que ao longo de sua História, desde a formação, os Estados Unidos têm reforçado uma narrativa de um “inimigo iminente”. Quando ainda eram as Treze Colônias, os inimigos eram os indígenas nativos da América do Norte, não os brancos, cristãos ou europeu, sendo assim excluídos do identitário nacional e muitas vezes tratados como adversários. Nos séculos XVIII e XIX, os inimigos dos americanos eram os africanos escravizados, que sofreram por mais de duzentos anos com a escravidão e as narrativas de supremacia branca. A partir do século XX, após a Revolução Soviética e, principalmente, após a derrota dos nazistas, os principais inimigos passaram a ser comunistas, especificamente da União Soviética, momento em que a América Latina serviu de cenário para exemplificar a sua hegemonia capitalista sobre o mundo, independente de quais fossem as ações necessárias para este intento, configurando, portanto, os Estados Unidos como um país imperialista, agindo com domínio militar e financeiro. Os exemplos do Brasil de 1964 e da Argentina de 1966 que o digam.

## **6. Considerações Finais**

Embora os golpes militares no Brasil e na Argentina tenham se desenrolado de maneiras distintas em alguns aspectos, a presença de semelhanças está justamente na interferência que veio de um mesmo País, os Estados Unidos da América.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que o anticomunismo, presente em ambos os países, tanto na imprensa empresarial como em parte da Igreja Católica, havia crescido consideravelmente no chamado Ocidente devido à “Guerra Fria”.

Outro ponto é que, após o sucesso da Revolução Cubana, os Estados Unidos perceberam a necessidade de intervir na América Latina, começando pelo Brasil, devido ao seu tamanho e importância. Após o êxito em 1964, a Casa Branca encontrou uma maior facilidade em agir sob toda a América, com destaque para o Golpe Chileno (1973), onde foram utilizadas a mesma forma de financiamento nas eleições parlamentares para desestabilização do Governo de Salvador Allende.

A ação para a derrubada de Ilia não foi premeditada pelos Estados Unidos como o plano de contingências e a *Operação Brother Sam* no Brasil, mas observa-se que a embaixada estadunidense na Argentina manteve constante comunicação com a Casa Branca, informando sobre os desenvolvimentos dos eventos ligados aos militares golpistas. É notável que a postura do embaixador Edwin Martin tenha diferido significativamente da adotada por Lincoln Gordon. Esta distinção é um dos elementos cruciais que contribuíram para a forma

como ambos os golpes se desenrolaram. Nenhum outro agente da embaixada desempenhou o papel desempenhado por Gordon, sendo que o embaixador foi a cabeça por trás do direcionamento de todos os financiamentos e intervenções que os Estados Unidos deveriam tomar.

Saliento também que a Argentina, ao contrário do Brasil, não participou da Segunda Guerra Mundial, pois os militares argentinos não tinham tido ainda certa aproximação e identificação com os estadunidenses, como havia acontecido no Brasil. Inclusive, durante a Segunda Guerra, as tendências argentinas demonstraram apoio aos países do Eixo, como a Itália Fascista e a Alemanha nazista. Enquanto, no Brasil, parte da conspiração foi feita entre os agentes estadunidenses, lado a lado com importantes comandantes das Forças Armadas.

Tanto João Goulart quanto Arturo Illia mostraram uma política mais voltada para o mercado interno, posição que desagradou aos Estados Unidos e aos setores privados, mas principalmente associados e dependentes de ambos os países.

Outra semelhança foi a presença de Castelo Branco e Juan Carlos Onganía nos documentos enviados à Casa Branca, evidenciando a maneira como os presidentes americanos selecionaram cuidadosamente os líderes ditatoriais que assumiriam o poder após os golpes, seguindo esse padrão em todos os países que estabeleceram regimes ditatoriais com o apoio dos Estados Unidos.

As pressões sofridas no Governo de Arturo Illia não foram tão intensas comparadas àquelas feitas contra João Goulart, mas as falsas acusações de possível instauração de um regime socialista por parte dos opositores foram muito semelhantes na forma que se deram.

Conclui-se, portanto, que os golpes que ocorreram na América do Sul, nos anos 1960, tiveram sim uma participação considerável dos Estados Unidos para sua realização, sendo que, no caso brasileiro, houve uma participação muito mais aparente e quase que direta, enquanto na Argentina as forças estadunidenses serviam de vigia, deixando o aval para a realização do Golpe para os militares. Contudo, nos dois processos históricos, a ação imperialista estadunidense, direta ou indireta, se fez onipresente.

## Referências

ARAÚJO, Izan Reis de. A política de segurança dos Estados Unidos para a América Latina: Da Doutrina Truman à Doutrina Bush. **Revista Intellector**, CENEGRI, 12 (23), 2015, 21–37. Disponível em: <<http://revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/3/2>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

BETT, Ianko. **A (re)invenção do comunismo**: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1877/IankoBettHistoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

BIAGI, Orivaldo Leme. O imaginário da Guerra Fria. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 1, 2001. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119>>. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). **Estudios Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, p. 34-52, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1346/134645334004.pdf>>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História**, São Paulo, 2021.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FELIZARDO, Joaquim José. **A legalidade**: último levante gaúcho. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Paz e terra, 2010.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FURNO, Juliane. **Imperialismo: uma introdução econômica**. Da Vinci Livros, 2022.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. História e cinema. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/2713/2250>>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Militarismo e imperialismo no pensamento de Rosa Luxemburgo**: uma síntese. Texto para Discussão, v. 250. Campinas: Instituto de Economia, 2015. Disponível em:

<<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3385/TD250.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

TAVARES, Camilo. **O dia que durou 21 anos. Brasil**. Pequí Filmes. 2013.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, v. 22, p. 463-488, 2002.

RAPOPORT, Mario.; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 1, p. 69–98, jun. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/zVgvgRFMMtvQ4QkK4YR4VgS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 de novembro de 2023.

SILVA, Vicente Gil da. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): contexto histórico de surgimento e trajetória de Ivan Hasslocher. In. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História**. Disponível em: <[https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627851446\\_ARQUIVO\\_dfc570f9b8c75bd175each7d4556f2c5.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627851446_ARQUIVO_dfc570f9b8c75bd175each7d4556f2c5.pdf)>. Acesso em: 20 novembro de 2023.

### **Bibliografia Consultada**

ALMEIDA, Gabriel Tadeu Lucas de. **As relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1985)**. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2008.

BORÓN, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. S/c.: Hiru Argitaletxea, 2013.

BARBOSA, Mariana de Oliveira Lopes. "Cavalo de Troia"; **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/guerras/guerra-troia.htm>>. Acesso em 28 de novembro de 2023.

FERNANDES, Marcelo Pereira. O imperialismo ainda existe: um livro para discutir seu funcionamento e a luta antimperialista na América Latina [Resenha de FURNO, Juliane. Imperialismo; uma introdução econômica. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2022]. **Revista katálysis**, 26, Sep-Dec 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/5Qb96cLQkgPdLBM5P6m6RSw/?lang=pt#>>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

GUISOLPHI, Anderson José. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 22, n. 31, p. 453-458, 2009. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/559/381>>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. Campinas: Contexto, 2011.



KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, v. 18, n. 33, Porto Alegre, PPGH-UFRGS, p. 67–98, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/23249>>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

PALHARES, Carolina de Castro. **Relações entre Imperialismo estadunidense e luta armada na Ditadura Civil-Militar brasileira: o caso da Ação Libertadora Nacional**. Dissertação (Em Economia e Relações Internacionais) - Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2020. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29252/5/Rela%C3%A7%C3%B5esEntreImperialismo.pdf>>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

RIBEIRO, Guilherme Leite. Profissão de fé: a retórica anticomunista dos deputados clérigos da Ação Democrática Parlamentar nos anos 1960. **Religião e Sociedade**, v. 41, n. 1, p. 175–198, 1 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rs/a/3pJ7jtNwnMQXLFBjkxSNnGf/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2023.

MORGENFELD, Leandro. Argentina y Estados Unidos, golpe a golpe (1966-1976). **Revista SAAP**, v. 8, n. 2, p. 521–554, 1 dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-19702014000200006](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-19702014000200006)>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

MÍGUEZ, Maria Cecília. Illia y Santo Domingo: de las columnas de Primera Plana al golpe de Estado. **Ciclos en la historia, la economía y la sociedad**, v. 20, n. 40, 1 dez. 2012. Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/195247>>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

PADRÓN, Juan Manuel. Anticomunismo, política y cultura en los años sesenta. Los casos de Argentina y Brasil. **Estudios del ISHIR**, v. 2, n. 4, p. 157-173, 2012. Disponível em: <<https://ojs.rosario-conicet.gov.ar/index.php/revistaISHIR/article/view/188>>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

SANTOS, Luana. Carolina. dos. Disputa eleitoral entre Miguel Arraes e João Cleofas: polarização política e corrupção na CPI do Ipês e do Ibad (1963). **Boletim do Tempo Presente**, 10(08),15–26, 2021. Disponível em <<https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/16357>>. Acesso em: 21/11/2023